

Economista acha que é hora de exigir mais de quem recebe

Lucas de Abreu Maia

O avanço do governo Lula no combate à pobreza extrema – em parte por causa do Bolsa-Família – é consenso entre especialistas. Mas também é consenso que chegou a hora de avançar no programa, criando “condicionalidades” para os beneficiários e, simultaneamente, ampliar a qualidade e alcance dos serviços governamentais.

Em entrevista à TV Brasil, a presidente eleita, Dilma Rousseff, acenou com reajuste no valor pago aos beneficiários.

‘2.0’. “Aumentar o número de famílias, dar mais dinheiro, nada contra, porque realmente o Bolsa-Família é barato”, opina Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e considerado um dos maiores especialistas em distribuição de renda no País. Ele afirma, porém, que é necessário desenvolver um “Bolsa-Família 2.0”.

“O que acontece hoje é que as condicionalidades são muito fracas, porque, mesmo nas famílias pobres, as crianças já estão frequentando a escola, já são va-

cinadas, então, está chovendo no molhado. Tem de exigir mais dessas famílias e prover mais a elas.”

Entre especialistas, o programa é considerado eficiente porque seu impacto fiscal é pequeno – vantagem num momento em que o governo tem dificuldade em cumprir as metas de superávit primário. De acordo com estudo da FGV, o Bolsa-Família foi responsável por 17% da redução da pobreza extrema no País nos últimos anos – comparado a

16% de contribuição da Previdência. O problema é que cada ponto de redução na pobreza custou aos cofres públicos 384% a mais que no Bolsa-Família.

Erradicação da pobreza. Principal bandeira de Dilma, a erradicação da pobreza extrema no Brasil até 2014 não deveria ser prioridade, segundo Ricardo Paes de Barros, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele explica

que nenhum país do mundo conseguiu eliminar completamente a miséria – do mesmo modo que nenhum governo conseguiu zerar a mortalidade infantil.

“O que é importante, em termos de política social, é a gente passar de uma agenda de pobreza extrema para garantir que todos os brasileiros tenham oportunidade educacional, de inclusão no mercado de trabalho, e de acesso ao crédito, à habitação e à terra”, diz.